Certificado

Universidade Federal do Amapá

A Universidade Federal do Amapá certifica que

MARCOS SILVA ALBUQUERQUE

matrícula siape 3961971, participou do curso de Práticas Administrativas para Fiscais de Contratos,no período de 15/08/2016 a 19/08/2016, perfazendo a carga horária de 20 horas.

Macapá, 18 de Dezembro de 2023

Código de verificação:
fb9b524f32

PROGEP
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - UNIFAP

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **http://sigrh.unifap.br/sigrh/public/autenticidade/tipo_documento.jsf**, informando a matrícula siape, data de emissão do documento e o código de verificação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Página da Divisão de Contratos
- • Apresentação/ Divulgação da página da Divisão de Contratos;
- • Consultas de contratos, termos aditivos e publicações;
- • Apresentação da área do fiscal
- • Realizações de Cursos Online e gratuitos
- • Manual de Fiscalização de Contratos das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES
- • Consultas certidões negativas
- • Legislações pertinentes
- • Dicas ao fiscal do contrato
- Facilitando o uso da rede Serpro.
- • Dicas para acessar a rede SEPRO; o que precisa? Quais os programas e versões necessárias?
- • Como consultar contratos e termos aditivos na rede SERPRO?
- • Como consultar publicações no site da imprensa nacional de forma fácil, rápido e prática?
- • Como fazer medições e imprimir comprovantes na rede SERPRO?
- Usando o módulo de Contratos no SIPAC
- • Consultar Contratos e termos aditivos no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos SIPAC.
- • Como inserir notas fiscais no SIPAC.
- • Como Adicionar Nota Fiscal?
- • Como Estornar Nota Fiscal?
- • Como Editar Nota Fiscal?
- • Como vincular nota fiscal aos processos de pagamento
- Rede Serpro.
- • Exercícios sobre as práticas apresentadas;
- • Treinamento dos procedimentos apresentados com exercícios.
- Módulo de Contratos no SIPAC
- • Inclusão da maior quantidade possível de notas fiscais referentes aos seus Contratos.

Este certificado é decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de Capacitação, tendo respaldo legal, conforme artigo 10, § 1o da Lei 11.091/2005.